

ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE **ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2025**

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco pelas nove horas e quarenta e dois minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3.ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Catarina Maria Baptista Gonçalves e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora secretária Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Catarina Barcelos Silva Duarte Faria • Catarina Maria Baptista Gonçalves • Cidália de Lurdes Correia Parreira • Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha • Emanuel de Jesus Rocha Garcia • Hélio Manuel de Melo Vieira • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • João Manuel Machado Enes • João Paulo da Costa Moniz • José Luís Ferreira Parreira • Manuel Davide Machado Câmara • Marcelo Leal Pamplona • Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Melissa Borges Ávila • Mónica Gomes Oliveira Rocha • Rita Belo Santos • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Sandra da Silva Mendes • Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Basílio Narciso de Sousa • Bruno Miguel Ferreira Fagundes • César Alexandre Pacheco Medeiros • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Elsa Maria Costa da Silva Carvalho Costa • Glória Maria Amaral de Melo • Guilherme Carlos da Rocha Bizarro • Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste • Hermínia de Jesus Fernandes Teixeira Gaspar • João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira • Luís Miguel Melo Machado • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa • Mário José Martins Cardoso • Michéle Soveta Aguiar • Séfora Veríssimo Costa • Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha • Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim • Guido de Luna da Silva Teles • Maurício Manuel Lima Toledo • Paulo Alexandre Silva Lima • Sandra Maria de Sousa Garcia.

A senhora deputada municipal Catarina Maria Baptista Gonçalves assumiu as funções de 1.ª secretária da Mesa.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 2.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de abril de 2025 foi aprovada por maioria com uma abstenção.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

▪ **Da Diocese de Angra do Heroísmo:**

- Uma carta, agradecendo o Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco, que fora aprovado por unanimidade na sessão anterior.

▪ **Do Patriarcado de Lisboa:**

- Uma carta, agradecendo o envio do Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco, que fora aprovado por unanimidade na sessão anterior:

«O Papa Francisco tornou claro que a Igreja existe para bem da humanidade e de cada homem em particular e a humanidade viu nele um sinal e reconheceu nele o seu defensor na pluralidade das religiões e das culturas. É que a causa da humanidade pode ser a causa de todos nós.»

▪ **Da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:**

- Um ofício enviado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a remeter um Voto de Congratulação às Danças e Bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira.
- Um ofício enviado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a remeter um Voto de Congratulação à atleta Soraia Teixeira.

▪ **Da Embaixada da Grécia em Portugal:**

- Uma carta agradecendo o envio do Voto de Pesar pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores, antigo Cônsul Honorário da Grécia para as várias ilhas dos Açores.

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sra. d. m. Elsa Costa – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Senhor presidente da Câmara, este ano tive a oportunidade de trabalhar na Escola de São João de Deus que está sob a sua alçada, por isso lhe venho pedir um «*redon*» e um «*redonton*», termos que normalmente usamos para alimentação.

Temos uma escola ótima em termos de instalações com um pátio enorme que está vazio, por isso lhe venho pedir se é possível instalar lá as tabelas de basquete que foram retiradas de Santa Luzia, assim como a doação de partes dos relvados sintéticos que são retirados dos campos de futebol.

Gostaria de saber se é possível também obtermos o apoio de mais alguns recursos que nos ajudem no programa EPIS no 2.º Ciclo. Sabemos que a educação pré-escolar é a base de toda a educação e normalmente os grandes problemas começam nestas idades, por isso precisaríamos de mais um recurso para contemplar o pré-escolar e o 1.º Ciclo.

Sei que o senhor presidente está sempre em obras, mas pergunto-lhe se pode dispor de um pouco de tempo e de um desviozinho para tapar uns buracos que existem logo à entrada da escola base e precisamos também que seja feita uma desinfeção porque temos ali rastejantes.

O senhor presidente acabou de construir um campo de Padel na EBI, a escola mãe. Sei que, se calhar, prefere concedê-lo a outra entidade, mas a escola precisa e seria ótimo que pudéssemos usufruir daquele espaço.

Estamos também a precisar de um telheiro para as nossas crianças na escola que é da sua tutela. O projeto que está previsto para aquele espaço é ótimo e eu gostaria de lá continuar, zelando por aquilo que também é meu.

Este ano tenho um miúdo em cadeira de rodas, o que me fez tomar consciência da necessidade de algumas rampas, quer nos acessos à escola, quer na própria cidade onde, muitas vezes, temos que circular pelas ruas porque é muito difícil fazê-lo pelos passeios.

Sei que estamos em final de mandato mas, uma vez que estamos a falar do bem-estar das crianças, peço ao senhor presidente da Câmara que tenha estes pequenos pedidos em consideração porque ainda há tempo.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente, senhoras e senhores membros da Assembleia.

Estas questões devem e vão com certeza ser resolvidas pelo Conselho Executivo, que tem a obrigação de nos dar conta das necessidades; além disso, temos participação na Assembleia de Escola e estas situações costumam ser tratadas por essa via.

A instalação de equipamentos desportivos nas escolas segue um conjunto de regras que não são ditadas por nós, mas pela Direção Regional da Educação, e têm a ver com questões de responsabilidade civil e de prevenção de acidentes. As velhas tabelas de basquetebol retiradas de um campo qualquer não podem ser instaladas numa escola, a não ser que a Direção Regional da Educação considere que as mesmas estejam em condições para tal, mas não creio que seja o caso porque os equipamentos têm que estar devidamente certificados e homologados para uso em meio escolar. Se aquelas tabelas não servirem e se a escola o

solicitar, poderemos adquirir equipamento específico. Duvido que umas tabelas vindas de um campo de adultos, como é o caso, possam ser instaladas numa escola.

O município não tem responsabilidades nem participa no processo relativo a pessoal, uma questão interna da administração educativa. Se a escola precisa de pessoal deve tratar do assunto junto da sua tutela.

Quanto à utilização do Padel, a Junta de Freguesia de São Bento é que vai gerir o espaço e as crianças serão com certeza bem-vindas na sua utilização. A escola deve acertar com a Junta de Freguesia para a criação dos horários e dos espaços necessários.

No que diz respeito a obras e aos buracos na EBI, esse edifício não é da gestão municipal e a questão deve ser tratada junto da respetiva tutela. Quanto ao telheiro, mais uma vez cabe ao Conselho Executivo tratar connosco para vermos o que pode ser feito. Temos toda a boa vontade e estamos aqui para ajudar, mas as coisas têm que seguir o seu caminho.

A acessibilidade dentro da cidade é um problema bem mais sério e difícil que tem a ver com a sua própria construção e com as questões de estacionamento. A cidade possui ruas muito estreitas, particularmente aqui na zona atrás da Sé, com estacionamento e espaços de passeio que, nalguns casos, não permitem sequer a circulação de um carrinho de bebé.

Temos um problema generalizado de acessibilidade na nossa cidade, que só pode ser resolvido através da retirada de estacionamento com consequências do ponto de vista do espaço e da disponibilidade para as pessoas pararem os carros, por isso se tem seguido uma política no sentido de tentar equilibrar os diversos interesses em jogo. Elevaram-se as passeadeiras nas ruas com mais espaço e uma largura que permita um passeio com condições. Estas situações são tidas em conta sempre que há uma intervenção numa rua e se faz os possíveis por criar espaços alternativos, como o que foi feito aqui na Praça Velha com o alargamento do passeio do lado da ermida, exatamente para cumprir as regras de acessibilidade, algo que não é possível em muitas das nossas ruas, a não ser que retirássemos o estacionamento.

Este problema não é apenas nosso e existe em todas as cidades antigas porque as pessoas não pensaram nas questões de acessibilidade quando as construíram. Esta é uma preocupação partilhada pela Câmara Municipal mas as coisas devem ser feitas com o necessário bom senso de forma a cautelar os diversos interesses que estão em jogo.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, caros colegas deputados municipais.

Estamos a poucos dias do início das festas Sanjoaninas 2025. Uma vez que estamos também em final de um ciclo de três mandatos sob a liderança do professor Álamo de Meneses, importa lembrar que passámos de um modelo de comissão de festas, por vezes bicéfalo no que diz respeito aos interesses do município e da autarquia em relação àquilo que deveriam ser as festas concelhias, para um modelo de aposta no nosso património que privilegia os recursos humanos da autarquia, a história da cidade de Angra do Heroísmo e das nossas ilhas, a sua relação com Camões e a celebração dos Lusíadas. De salientar que, muitas

foram as edições promovidas por esta autarquia sobre história, autores e aspetos da nossa cultura. Tendo em conta que se trata do culminar de um trabalho de três mandatos, gostaríamos de perceber quais as expectativas para esta edição do ano 2025 e quais as perspetivas para o futuro.

Sr. presidente da Câmara – Houve algumas alterações nesta última década que não foram assim tão substanciais. Na verdade, as Sanjoaninas são umas festas com raízes seculares que têm mantido constante o seu espírito e essência ao longo dos anos, sofrendo apenas algumas alterações de pormenor. Conseguiram afirmar-se como uma marca com um enorme valor do ponto de vista da identificação da cidade e até do arquipélago. Quando hoje se fala em Sanjoaninas em qualquer lugar do país e até mesmo em alguns lugares do estrangeiro, as pessoas percebem imediatamente que se está a falar de Angra do Heroísmo. As festas ganharam uma marca de enorme valor que tem permitido um constante crescimento da centralidade da própria cidade.

Temos um modelo de festa antigo que se afirmou como fortemente atrativo para quem é de fora. O número de participantes exteriores à ilha tem vindo a crescer todos os anos, o que nos dá o que precisamos, ou seja, um posicionamento como cidade capital com uma influência e centralidade que excedem as fronteiras da ilha, uma questão por vezes mal compreendida mesmo entre nós porque de vez em quando aparece alguém que acha que se deve dar prioridade ao que é local. Devem ser as nossas marchas, a nossa música, apenas o que é nosso e não o que é dos outros, algo que contraria o espírito das próprias Sanjoaninas que são umas festas abertas à participação de todos.

O facto de não discriminarmos entre os de cá e os de fora transformou-se numa enorme mais-valia. Este ano temos cerca de duas mil pessoas de fora que vêm participar nas festas, uma riqueza imensa que permitiu que as Sanjoaninas se transformassem na grande festa dos Açores. Durante muito tempo dizia-se que as Sanjoaninas eram as maiores festas profanas, mas acho que já podemos abandonar esse qualificativo porque são de facto as maiores festas dos Açores e das maiores do país, sejam religiosas ou profanas, um dos grandes festivais que marcam o verão a nível nacional. Esta é uma enorme riqueza da nossa cidade, um espírito que interessa cultivar, manter e aprofundar, dando-lhe este carácter universal.

São bem-vindos os que vierem por bem. Independentemente de onde venham, as pessoas podem participar e integrar-se nas festas. As Sanjoaninas nunca foram umas festas de se vir para ver, são umas festas que se vivem em que as pessoas são parte da festa que é feita pelo povo e para o povo com a participação de todos.

Os modelos das festas não são imutáveis; todos os anos são introduzidas alterações e inovações que são necessárias e têm a ver com a própria evolução das coisas, mas o que interessa é o espírito que se tem mantido imutável ao longo dos séculos. Vai-se mantendo aquilo que tem êxito, fazendo uma gestão que aproxime sempre a festa das pessoas que, no fim de contas, são os seus destinatários.

Não creio que possamos dizer que dependem deste ou daquele mandato; as festas têm séculos, são um ato contínuo com raízes muito profundas na nossa cultura e têm vindo a

alargar-se, a aprofundar-se e a adaptar-se aos novos tempos. A única inovação que houve nestes últimos anos tem a ver com a sua gestão que resultou, não tanto da vontade do município, mas dos próprios condicionamentos da contratação pública. Com as atuais regras de contratação pública não é possível a contratação por terceiros em nome da Câmara, o que levou à internalização da parte administrativa com a vantagem de dar mais transparência às próprias festas, já que todas as despesas das Sanjoaninas são devidamente espelhadas na conta da Câmara que é apresentada todos os anos. Deixámos de ter uma espécie de conta satélite com regras muito especiais e por vezes pouco transparente, para termos umas festas em que as receitas e as despesas são apresentadas em cada ano a esta Assembleia e enviadas para o Tribunal de Contas, um grande passo no sentido de se garantir a transparência e a boa gestão dos recursos públicos. Quanto ao resto, a festa mantém-se como sempre foi.

Sra. d. m. Michéle Aguiar – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Não posso deixar de elogiar o trabalho que a Câmara tem vindo a fazer ao longo dos anos no embelezamento da nossa cidade, a preocupação e o cuidado em mantê-la sempre limpa, bonita e muito bem apresentável a quem cá vive ou nos visita; contudo, existe uma franja de utilizadores da baía de Angra que, de uma forma profissional ou lúdica, estão um bocadinho esquecidos. Quero com isto chamar a atenção para a evidente degradação do muro da Estrada Gaspar Côrte-real que está em péssimo estado de manutenção e não é um bonito cartão-de-visita para quem nos chega por via marítima. Gostaria de saber se está prevista a curto prazo alguma intervenção nessa zona.

Sr. presidente da Câmara – A limpeza e apresentação da cidade tem sido uma constante preocupação da Câmara Municipal. Ontem foram apresentadas mais duas viaturas para limpeza urbana, mais estreitas e devidamente adaptadas para a varredura das ruas mais estreitas da cidade ali por detrás da Sé e também do jardim. A nossa cidade é tida e unanimemente elogiada como uma das mais limpas do país, com muito mérito dos nossos trabalhadores. Aproveito para manifestar o meu apreço e gratidão ao pessoal da limpeza urbana que tem feito um serviço extraordinário durante as festas e fora delas, dando o exemplo de como se mantém uma cidade limpa.

A questão do muro da Estrada Gaspar Côrte-real é complexa e antiga do tempo da Junta Autónoma dos Portos. Existe um decreto legislativo regional que estabelece as competências de cada uma das partes daquele muro, sendo que o troço municipal é o que corresponde à zona balnear da Prainha e o resto é da responsabilidade da «Portos dos Açores.» Há cerca de dois anos, apresentámos uma proposta de transferência de todo aquele muro para a tutela municipal, mas a mesma não teve andamento e ainda estamos a aguardar resposta.

O município deveria gerir toda aquela frente de mar, já que não faz sentido termos um muro gerido às fatias, mas a situação só pode ser resolvida por intervenção da Assembleia Legislativa Regional, à semelhança do que foi feito na frente ribeirinha de Lisboa e noutras cidades.

Esta é uma situação antiga desde os anos trinta do século passado em que as zonas que eram portos estavam sob gestão das respetivas juntas autónomas. Com a sua extinção, estas zonas transitaram para as empresas que as substituíram ou para os respetivos municípios um pouco por todo o país. Gerimos a rua Gaspar Côrte-real como se fosse nossa mas a parte do muro não nos pertence e gostaríamos que assim fosse. O pedido está feito, esperemos que um dia haja resposta.

Sra. d. m. Elsa Costa – Senhor presidente, sei o que é da responsabilidade da Direção Regional da Educação e também estou a par do trabalho que a Câmara tem feito junto das escolas no que diz respeito aos transportes e a muitas outras tantas coisas. É justamente devido a esta manifestação de interesse e pelo facto de as escolas do 1.º Ciclo estarem um pouco esquecidas, que lhe venho pedir por vontade própria que se tape aqueles buracos, nada que seja preciso retirar de outro sítio. Sabendo que a Escola de São João de Deus está sob a sua tutela e foi esquecida por algum tempo, é como docente que lhe faço este pedido, não deixando de elogiar todo o trabalho que a Câmara tem feito junto das escolas.

Uma outra questão que gostaria de lhe colocar tem a ver com o Caminho Novo na freguesia de São Pedro. Sei que a zona onde foi construído aquele passadiço foi convertida em área verde mas, pelos vistos, os moradores não foram informados e não podem construir nada nos seus próprios terrenos.

Sr. presidente da Câmara – No que diz respeito à escola, temos toda a vontade e veremos o que é possível fazer-se junto do Conselho Executivo.

Quanto à sua segunda questão, a transformação em parque da zona onde vão ser instalados os carroceis, nada tem a ver com o uso do solo. A construção de um parque ali não altera o ordenamento do território e se alguém não pode construir é porque o Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo não o permite de acordo com as normas específicas do ordenamento do território que estão em vigor há quase duas décadas.

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

A intervenção da senhora deputada Elsa Costa comprova aquilo a que já estamos habituados, ou seja, que a Câmara Municipal de Angra se sobreponha ao Governo Regional, por isso peço se pode intervir também na área da saúde, que muito tem preocupado a população do nosso concelho, assim como o acesso aos médicos de Medicina Geral e Familiar, um problema que tem vindo a progredir nos últimos anos. Decerto todos conhecemos alguém que não tem médico de família, estamos a par das consultas em atraso e das pessoas que precisam de receituário crónico e não o têm, situações que têm vindo a agravar-se nos últimos anos. Em 2020 tínhamos 10 % dos utentes sem médico de família, um número que aumentou para 13 %.

É óbvio que não estou a pedir à Câmara Municipal que ajude na fixação dos médicos de Medicina Geral e Familiar, por não ser sua obrigação, mas peço que exerça alguma interferência na organização dos Núcleos de Saúde Familiar que têm sido um grande problema no concelho de Angra do Heroísmo.

Parece-nos que tem havido falta de estratégia e abandono de alguns NSF, que não têm médicos de família há imenso tempo, como é o caso do Posto Santo. A Feteira tem vindo a queixar-se publicamente da diminuição progressiva de consultas médicas e não se percebe a situação do Núcleo de Saúde Familiar da Terra Chã. Pelo que sei, foram feitas obras para que o Núcleo funcionasse em pleno no Centro Comunitário e afinal ainda se mantém na Junta de Freguesia apenas com consultas de enfermagem porque, aparentemente, não tem condições para consultas médicas.

Não sei se é por teimosia, mas esta situação deveria ter sido desbloqueada há imenso tempo. Estes núcleos estão completamente ao abandono e as estatísticas mostram que temos menos médicos de família, enquanto se verifica um apetrechamento de outros núcleos como, por exemplo, o da Ribeirinha, e ainda bem; não ficamos descontentes com isso mas parece-me haver aqui uma desigualdade. Por um lado, há o anúncio de um núcleo duplo na Ribeirinha com dois médicos a tempo inteiro e por outro vemos núcleos completamente desfalcados. Já que é conhecida pela sua boa gestão, pergunto se a Câmara Municipal poderá interferir neste assunto para que a nossa população fique servida de uma forma mais equitativa no que diz respeito aos Núcleos de Saúde Familiar.

Já que estou a falar de saúde, gostaria de enaltecer o papel ativo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em projetos como o «Âncora», o «Amangra» e o «Haja Saúde Municipal» que têm sido amplamente elogiados pela população.

Para finalizar e sabendo que não é da sua responsabilidade, pergunto ao senhor presidente da Câmara se nos pode fazer um ponto da situação relativamente ao troço da Estrada Regional do Raminho. De acordo com a informação que nos tem chegado, aparentemente a obra foi concluída mas a população tem-se queixado que metade da estrada não está asfaltada e tem imensos buracos.

Sr. presidente da Câmara – Estas questões, assim como as anteriores sobre educação, vão desembocar numa reforma que é fundamental fazer-se nos Açores. O que foi feito no continente quanto à transferência de competências para as autarquias resolveu um conjunto de problemas e aqui as coisas continuam como sempre foram. As autarquias dos Açores têm essas competências do ponto de vista legal mas não há uma destinação clara porque essas competências nunca foram transferidas. As câmaras no resto do país têm condições para exercerem uma intervenção direta na manutenção e no funcionamento das escolas e mesmo na saúde, enquanto aqui, a única coisa que podem fazer é uma espécie de magistratura de influências sem qualquer capacidade decisiva. Temos vindo a ouvir estas queixas da parte das pessoas mas cabe a quem gere as unidades de saúde de ilha, estabelecer as estratégias necessárias.

Ao aproximar-nos dos cinquenta anos deste regime autonómico precisamos de uma reforma profunda do nosso sistema político que – vamos pôr as coisas assim – está claramente fora da graça de Deus. Os discursos que ouvimos este ano no Dia dos Açores parecem discursos de pedintes e não podemos ter uma autonomia de pedintes. Não podemos ter os representantes da nossa autonomia de mão estendida a pedirem uma revisãozinha de

uma lei que nos dê mais uns dinheiros. Continuamos constantemente com este ruído, dizendo que não temos recursos, que não temos dinheiro, e ao mesmo tempo tomam-se decisões com um peso enorme sobre os recursos da região. Quando se reduzem os impostos e se fazem acordos com esta ou com aquela classe profissional, criando condições com mais custos que não existem no resto do país, há necessariamente reflexos e depois anda-se a pedir por favor que nos deem mais um dinheirinho, porque não o temos.

Não podemos ter uma autonomia de pedintes. É fundamental que se faça rapidamente uma revisão do sistema autonómico que clarifique estas competências, sob pena de tudo isto deixar de fazer sentido e começa a deixar de fazer sentido porque as pessoas manifestam cada vez mais o seu distanciamento em relação ao regime autonómico. Não foi este o caminho nem o objetivo que se iniciou há cinquenta anos, não foram estes os desideratos daqueles que muito lutaram para que os Açores tivessem um regime autonómico e é uma pena que as coisas estejam a desembocar numa situação destas. Tudo isto precisa efetivamente de um pensamento e de uma revisão profunda, sob pena de perdermos o norte nas questões autonómicas.

É muito difícil explicar às pessoas que temos um parlamento que custa dezassete milhões de euros e ao mesmo tempo não temos dinheiro para consertar um caminho, para comprar uns balouços para uma escola ou temos problemas com os Núcleos de Saúde Familiar aqui e ali. Enquanto iludirmos esta realidade, continuaremos a fazer crescer forças com certas influências que nos prejudicam.

Falando do PS, foi muito desagradável ter perdido sete mil votos, mas não foi menos desagradável o facto de a Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) ter perdido cinco mil, o que mostra o alheamento das pessoas em relação a estas matérias.

As questões da saúde que foram aqui levantadas deveriam ser decididas por esta Assembleia Municipal, em vez de nos lamentarmos e tentarmos resolver as coisas através da magistratura de influências. Deveríamos ter aqui um papel deliberativo, o que demonstra que há uma grande e urgente caminhada a fazer-se, sob pena de nos perdermos na autonomia.

Quanto à estrada do Raminho, um assunto que deveríamos também ter à nossa responsabilidade, acontece que foi apenas asfaltado o troço que liga a estrada que sobe da mata da Serreta para o interior da ilha para o lado do Raminho, ficando por asfaltar o troço do lado da Serreta que está a causar grandes constrangimentos. Vi a circular por lá o autocarro que liga a zona de Angra aos Biscoitos e aquele caminho mais parece uma verdadeira picada de África. Imagino o que pensará um turista que algum dia apanhe um autocarro e de repente o veja a entrar por aquele mato.

Há coisas impossíveis de entender. Aquela obra não está concluída porque tem apenas 50 % do percurso asfaltado e espero que a outra que está a decorrer, tenha um desfecho rápido para que possamos ultrapassar este constrangimento que muito está a prejudicar o noroeste da ilha Terceira. Mais uma vez, apenas podemos lamentar a situação porque não temos qualquer papel na sua resolução.

Sr. d. m. João Moniz (Presidente da J. F. de São Bento) – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores, caros colegas deputados municipais.

No seguimento da intervenção da senhora deputada Elsa Costa e das suas preocupações com a EBI de Angra do Heroísmo, cabe-me fazer uma pequena intervenção com o objetivo de esclarecer a intervenção de proximidade da Junta de Freguesia de São Bento.

É importante esclarecer esta Assembleia que os constantes pedidos de apoio que estão a ser feitos à Câmara Municipal em substituição do Governo Regional, acontecem também junto da Junta de Freguesia. Reunimos recentemente com o Conselho Executivo da EBI, que nos endereçou um conjunto de pedidos de apoio que ultrapassam todas as nossas responsabilidades, desde a manutenção de postes de luz, passando pela substituição de cabos elétricos na escola completamente escarnados, até à pintura de salas de aulas, à manutenção de paredes e fachadas na própria escola. Foi-nos também pedido que tapássemos os buracos que há pouco aqui foram referidos pela senhora deputada Elsa Costa. É óbvio que estamos preocupados e sensibilizados com todas estas situações que ultrapassam os nossos meios porque não temos um quadro de pessoal que possa assumir a manutenção da escola.

Os campos de Padel há pouco referidos estão neste momento em construção. Chegaram à ilha e estão num contentor a aguardar a preparação das infraestruturas para a sua instalação e contamos disponibilizá-los brevemente. A senhora presidente da escola endereçou à Junta de Freguesia, o pedido para utilização destes campos de Padel, tendo ficado assumido da minha parte o compromisso no sentido de encontrarmos uma solução para que os alunos possam deles usufruir no próximo ano letivo, lembrando que aquele projeto é o resultado de um Orçamento Participativo; ora, se é participativo, partimos do princípio que o Padel deve ser partilhado com todos e é nesta ótica que encaramos o projeto.

Como membro do Conselho de Ilha da Terceira, tive a oportunidade de partilhar estas preocupações da freguesia de São Bento ao nível escolar. Nessa reunião tinha ao meu lado esquerdo o senhor Diretor Regional da Educação, Rui Espínola, que me disse que assumiria o compromisso de tomar conta de todas estas ocorrências. Espero que este meu esclarecimento tenha sido útil à senhora deputada Elsa Costa enquanto docente da escola e a todos os restantes membros da Assembleia Municipal.

Sra. d. m. Honória Leandro (Presidente da J. F. do Porto Judeu) – Bom dia senhor presidente e restante Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Devo dizer que a freguesia do Porto Judeu tem sido também muito lesada ao nível da saúde. Os utentes sem médico de família foram agregados às freguesias de São Sebastião e da Ribeirinha que possuem duas médicas cada e o Porto Judeu tem uma médica que normalmente não está presente. Conheço pessoas com 89 e 90 anos de idade cujas consultas são canceladas ou remarcadas tantas vezes, chegam a ficar mais de um ano à espera e quando chega o dia da consulta, a mesma não lhes é prestada porque as enfermeiras ou a funcionária

do núcleo de saúde estão ausentes e os utentes precisam que lhes aviem as receitas. Alguns idosos têm filhos ou netos médicos mas, o que acontece aos outros?

Estas são ocorrências do dia a dia. O Porto Judeu é uma vila que não tem transportes públicos para São Sebastião nem para a Ribeirinha. Temos uma médica que dá consultas durante meio dia para pessoas com mais de 65 anos, mas os mais frágeis que não têm carro próprio apanham o autocarro até Santo Amaro e depois sobem até à Ribeirinha e já fazem a prova de esforço. Uma senhora disse-me há dias que não voltaria à consulta porque perdia um dia inteiro e chegava lá a «morrer».

A situação de São Sebastião é ainda pior. Quem não tem carro, tem que subir mais de um quilómetro desde o Porto Judeu até ao Caminho da cidade para depois se deslocar até São Sebastião e descer de novo a pé até à Fonte.

Infelizmente, só somos atendidos quando vamos para as redes sociais e somos contactados para uma reunião. O senhor Diretor Regional da Saúde mostrou-se bastante disponível, dando a sua palavra que iria resolver a situação e agradeço a intervenção da senhora deputada Marília Vargas. Espero que a saúde não tenha cor política e seja igual para todos porque é uma vergonha o que se está a passar com a vila do Porto Judeu.

Sra. d. m. Elsa Costa – Não vim expor aqui estes casos em nome da escola, vim porque estou lá a trabalhar e me deparo com estas situações. De uma cor política ou de outra, sempre fomos unidos nesta Assembleia, trabalhámos em conjunto e é uma questão de boa vontade. Sabemos que as juntas de freguesia não têm muito dinheiro e este executivo camarário liderado pelo senhor presidente Álamo de Meneses tem tido uma ação crucial em muitas situações. Noutras ocasiões e mesmo com outra cor política, sempre nos juntámos na defesa do bem de todos em pilares como a educação e a saúde. Sendo a tal pedinte de mão esticada, é neste sentido que aqui venho pedir, se calhar mais algumas migalhas. Como aconteceu noutras situações, peço mais um reforço e agradeço desde já a disponibilidade da Junta de Freguesia.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Bom dia senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais.

Este assunto da Escola Básica e Integrada de Angra já está requeentado e tenho ideia de o ter trazido aqui há duas ou três reuniões atrás. Infelizmente não se trata apenas dos buracos, dos quais tanto se tem falado e são muito caros para mim porque passo por eles todos os dias com a minha viatura à entrada e à saída da escola.

Como disse o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Bento, João Moniz, o assunto foi também levantado na reunião do Conselho de Ilha do passado dia 27 de maio onde estava presente o senhor Diretor Regional que, para nosso espanto, disse desconhecer a situação. No final da reunião e em jeito de brincadeira, perguntei-lhe se não poderia enviar lá os funcionários das Obras Públicas com um bocadinho de asfalto porque aquilo resolve-se numa hora.

Na fase de discos pedidos no início desta sessão da Assembleia Municipal, apeteceu-me juntar mais alguns, uma situação que me assusta seriamente porque quando o dinheiro vai

para um lado, acaba por faltar no outro. O dinheiro que a Câmara Municipal, de forma meritória, acaba por aplicar nestas ações que são da responsabilidade do Governo Regional que continua a assobiar para o lado, vai fazer falta noutras áreas extremamente importantes para o desenvolvimento da economia e para a criação de infraestruturas. Temos um grave problema de trânsito e de estacionamento na cidade com uma tremenda falta de respeito pelas zonas de carga e descarga que nos obrigam a ficar pendurados.

Por via do outro chapéu que uso da Câmara do Comércio, conheço bem o esforço da Câmara Municipal no sentido de dinamizar a economia, o turismo e muitas outras vertentes, por isso me preocupam estes remendos que vamos colocando em áreas que são da responsabilidade do Governo Regional, um dinheiro que não chega a outras ações, provavelmente com um efeito reprodutivo muito maior, tendo em conta a proximidade da Câmara Municipal das populações.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras secretárias, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

Já que foram chamados à conversa, diretores regionais de várias tutelas e tenho a benevolência do senhor presidente da Mesa e do senhor presidente da Câmara, acho que devo intervir para lembrar que às vezes é por esta demagogia e alguma falta de honestidade intelectual em que todos incorremos, que os partidos do arco da governação, como são chamados, são, de alguma forma, penalizados.

O estado a que chegaram alguns equipamentos culturais e escolares não é o resultado de dois ou três anos de governação da Coligação, são culpas sucessivas de vários governos com vários deveres à sua conta e por vezes é necessário estabelecer prioridades porque não há dinheiro para tudo.

Na parte que me diz respeito, não aceito que me digam que o estado da falta de manutenção em que se encontram os nossos museus e bibliotecas se deve a um, dois ou três anos, porque não é verdade. Quando tomei posse, a primeira coisa que fiz foi deslocar-me a todas as ilhas, visitar todos os equipamentos culturais e falar com toda a gente. Não me importo de aceitar críticas, porque acho que crescemos e progredimos com elas, mas por favor não façam isto porque é a democracia e todos nós que saímos prejudicados. Houve uma falta de manutenção e conservação crónicas e há que haver aqui leituras corretas.

Da mesma forma que elogio com justiça este elenco camarário e outros que têm feito os possíveis ao longo de todo o arquipélago, também não engulo qualquer crítica que não seja honesta. Se assim o entenderem, mando um relatório discriminado de tudo o que se passou, do que se passa e do que não se pode vir a passar-se porque a manutenção e conservação nunca foram prioridades.

A minha porta está sempre aberta para resolvermos todos juntos, mas não venham com esta conversa de que a região se afundou nos últimos dois ou três anos, porque tenho os dados e posso, com todo o gosto, partilhá-los convosco.

Sra. d. m. Marília Vargas – Acho que não nos devemos debruçar sobre esta matéria, porque estamos aqui para defender os interesses da população do nosso concelho, mas foram ditas algumas coisas que não podemos deixar passar.

Fico contente que o nosso diretor de finanças tenha percebido que os recursos são finitos, mas é pena que isso não tenha sido feito antes quando se puseram a governar. Os recursos são finitos, têm sido muito mal geridos e não podem continuar a justificar-se com os dois ou três anos, porque já lá vão quase cinco. Têm que deixar de se justificar com a governação do PS e começar a assumir as vossas responsabilidades porque essa desculpa já não é válida. As dívidas da região e da SATA estão em níveis históricos como nunca aconteceu e este Governo não está a ser eficaz e competente.

Sra. vereadora Sandra Garcia – É a última vez que intervenho sobre esta questão porque não quero transformar a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo numa espécie de segunda Assembleia Legislativa Regional ou seja o que for, até porque sou pouco de partidarites, o que me preocupa é o bem do concelho, da ilha e da região e costumo encaixar muito bem as críticas quando são legítimas.

Quando falo em três anos e não em quatro, a senhora deputada sabe perfeitamente que houve eleições antecipadas, que tivemos que governar em duodécimos, logo a seguir tivemos que executar em dois meses, aquilo que era para ser executado num ano, e não diga que é a mesma coisa, porque não é. Podemos andar à volta de muitos fatores mas nenhum é consequência de uma só questão. Não digo que está tudo bem, assim como nunca disse que antes estava tudo mal, o que vos digo é que é muito difícil estar aqui, reunião após reunião a ouvir a história de que agora é que está tudo mal, quando sabem que não é assim.

Agradeço mais uma vez a benevolência do senhor presidente para que eu pudesse intervir. Não estou aqui em campanha e como todos os que aqui estão presentes, gosto da minha cidade, do meu concelho, da minha ilha e da minha região.

Sr. d. m. Rogério Sousa – O senhor presidente da Câmara, por vezes é demasiado humilde. Agradecemos este livro, este programa que nos foi entregue e mostra um trabalho que foi bem realizado, não só para nós, mas também para quem nos visita.

Esta aceitação e a abertura ao outro para que os representantes da nossa diáspora façam também parte do séquito real e do desfile de abertura das festas, demonstram uma postura que o executivo municipal poderia não ter, lembrando que somos nove ilhas mais uma, porque mais de metade de nós emigrou. É de enaltecer esta a visão e a forma como o trabalho tem sido feito, apostando muitas vezes na sobreposição ao Governo Regional, quando a Câmara poderia não o ter feito, escusando-se no discurso «a culpa não é minha, isto tem a ver com o Governo Regional».

Como disse e muito bem a senhora Diretora Regional da Cultura, a Câmara Municipal tem feito mais do que deveria e a verdade é que a Direção Regional da Cultura esteve um ano inteiro sem atribuir apoios aos agentes culturais do arquipélago. Aconteceu há dois anos. Intellectualmente, não podemos considerar o pagamento do que estava em dívida, como execução naquele ano. Eu e várias outras pessoas escreveremos sobre isto. Entre o

processamento das candidaturas e o início das primeiras tranches, distaram 365 dias, uma situação que foi amplamente discutida. Foi anunciado publicamente o investimento de 1,5 milhões de euros nos projetos do RJAAC neste ano 2025 e no entanto, o Walk&Talk, o Jesse James, o Terry Costa e outras entidades dos Açores que fazem parte do MOVA não receberam a segunda tranche de 2024. Isto é o que é dito e discutido e sejamos honestos. A nossa Câmara Municipal apoiou o AngraJazz, da mesma forma que apoiou o FOLKAZORES, quando o Governo Regional não apoiou e não mostrou abertura para o fazer.

Como disse na minha intervenção anterior, este executivo com a liderança do professor Álamo teve, em três mandatos, uma visão e abertura para quem nos visita, não contemplando apenas os que cá vivem. É muito bonito quando olhamos para o nosso umbigo e dizemos que as festas são apenas para as nossas rainhas e para a nossa cidade. Os executivos liderados pelo professor Álamo em três mandatos, atenderam a pormenores e tomaram pequenas decisões de mudança que fizeram toda a diferença e esta inclusão é uma questão de diferença.

Sr. presidente da Câmara – Agradeço as palavras simpáticas do senhor deputado e volto a repetir que é ao povo que cabe fazer com que a festa aconteça; a Câmara é apenas o coordenador que se esteia num grupo de mais de duzentos voluntários, sem os quais não teríamos festa. O sucesso que temos tido nas Sanjoaninas deve-se ao mérito coletivo do povo desta terra.

Antes de pedir ao senhor presidente da Mesa que volte a conceder a palavra à senhora vereadora Sandra Garcia, também senhora Diretora Regional, peço-vos que não transformemos isto num debate sobre questões regionais sob pena de ficarmos um bocadinho fora do sítio.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Nunca digo que os problemas estão todos resolvidos e estamos a rever o RJAAC, mas há coisas que têm que ser ditas e se eu não disser nada, cria-se sempre esta entropia de que é assim.

Vamos por partes. Não me dirijo diretamente ao senhor deputado municipal Rogério Sousa mas, uma vez que abordou o assunto, permita-me que lhe diga que alguns arautos defensores da cultura foram os que a deixaram pior. Quando fui Subdiretora da Cultura, estávamos em plena pandemia, todos os grupos profissionais dos Açores tiveram apoios, mas os agentes culturais não os tinham. Fui eu e a equipa da DRAC que demos apoios excecionais a todos os agentes culturais e ao audiovisual; era o quanto gostavam da cultura. O facto de uma região e uma cidade património mundial como esta, não estarem incluídas no PRR, foi um erro tremendo. Infelizmente, não tenho PRR na cultura mas estive na DRPIIS e sei o quão difícil é fazer uma pequena alteração dentro das medidas aprovadas, quanto mais nas outras.

Quero acreditar que todos cometemos erros e gostamos da cultura. Como sabem, estamos a rever o RJAAC e os problemas e atrasos dependem da forma como o mesmo foi pensado. Agora elogiando, acho que o pensamento e espírito estavam certos com três elementos do júri independentes de fora, mas tudo isso criou atrasos. Foi uma escolha que se fez – na qual assino em baixo – que dá outras garantias mas implica atrasos.

O que existe em atraso neste momento são todos os processos de pedidos de reapreciação da análise e atribuição desse júri independente, por isso as coisas levam mais tempo. A maior parte pede-nos prorrogação de prazos, que concedemos, e depois vêm cá para fora dizer que não receberam.

A DRAC tem tudo como deve ser, as coisas são como são e recebem a segunda tranche depois do relatório final. Há regras estipuladas, nós sabemos dos prazos e vocês também. Estou sempre disponível para quaisquer esclarecimentos e ninguém pode dizer que eu tenha negado uma audiência que me tenha sido pedida.

Sr. presidente da Mesa – Estas questões são muito sensíveis e devem ser debatidas e apuradas de acordo com a objetividade e o interesse dos assuntos envolvidos, mas a verdade é que a Assembleia Municipal não é a Assembleia Legislativa Regional, por isso temos que nos salvaguardar e não passar para a opinião pública, assuntos ou discussões que apenas tenham a ver com a Assembleia Municipal de forma colateral. Peço a todos um grande rigor para que discutamos assuntos do concelho e das pessoas que cá vivem, sempre com grande responsabilidade e dignidade como acabámos de assistir nos debates que aconteceram. Tenhamos sempre em consideração o local onde nos encontramos e para o qual fomos eleitos.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1. DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 a 31 de abril de 2025, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Este período entre sessões da Assembleia Municipal foi muito curto, por isso não há grandes alterações nem nada de notável a acontecer e o funcionamento do município mantém toda a sua normalidade. A execução financeira segue a bom ritmo nas vertentes da despesa e da receita com uma execução dentro da absoluta normalidade, semelhante ao que tem acontecido em anos anteriores.

No que diz respeito ao pessoal, tivemos duas aposentações, sendo que uma delas carece de substituição, razão pela qual existe um ponto da nossa Ordem de Trabalhos de hoje referente à abertura de um concurso para substituir um trabalhador que se aposentou.

As obras estão também a decorrer com normalidade, sendo a de maior vulto, a recuperação da Igreja do Castelo, que está a decorrer dentro do que está contratualmente estabelecido e contamos proceder à sua inauguração em julho por altura das comemorações

da Batalha da Salga. O Centro Interpretativo no Castelo está também a decorrer com normalidade.

Um outro grupo de obras com grande relevo são as referentes ao PRR, sobre as quais a senhora vereadora Fátima Amorim nos fará daqui a pouco um ponto da situação. Estamos com uma execução financeira muito boa mas com uma taxa de recebimento relativamente baixa, o que significa que temos investido no PRR, muito dinheiro do município. Por assim dizer, neste momento temos cerca de três milhões de euros «emprestados» ao PRR e estamos à espera que o IHRU nos pague, o que nos tem causado algum constrangimento de tesouraria.

Recebemos do Governo Regional o valor do segundo semestre de 2023 referente à parte da habitação que lhe compete, faltando ainda receber todo o ano de 2024 e o valor de 2025 até ao momento, o que totaliza cerca de novecentos mil euros, um dinheiro que nos está a fazer falta. Grosso modo, neste momento temos cerca de quatro milhões de euros de fundos próprios do município investidos em pagamentos que já foram feitos e estamos à espera de ser ressarcidos, o que nos causa alguns engulhos.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Muito bom dia senhor presidente da Mesa da Assembleia, senhoras secretárias, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A senhora Secretária de Estado telefonou-nos ontem para que fizéssemos o ponto da situação das obras do PRR Habitação que estão a ser executadas em Angra do Heroísmo, já que temos insistido semanalmente com o IHRU para que procedam ao pagamento das verbas que estão em atraso.

Neste momento temos submetidos, aproximadamente 3,6 milhões de euros de pedidos de reembolso com alguns problemas no sistema de informação que foi implementado no início de 2025 quando o PRR estava em funcionamento há algum tempo, o que tem dificultado imenso todo este processo de pedidos de reembolso, e continuamos a estabelecer contactos com o IHRU. A senhora Secretária de Estado ficou com o registo de todos os valores que estão submetidos para pagamento porque muitas dessas obras já estão concluídas.

Ontem tive a oportunidade de referir que os pedidos de reembolso que estamos a submeter correspondem a bairros cujas obras foram executadas e entregues, com os novos contratos de arrendamento assinados e as pessoas a viverem nessas habitações há algum tempo, algumas desde 2024 como é o caso da Serreta e da Feteira. Os dois blocos de Santa Luzia estão também terminados num valor significativo que foi suportado pelo município. Temos um investimento em execução na ordem dos 35 milhões de euros e é-nos muito difícil fazer face a todos esses pagamentos se não tivermos as obras executadas no devido tempo.

De acordo com uma resolução do Conselho de Ministros que foi publicada, os investimentos que não forem concluídos até junho de 2026, terão uma taxa de financiamento de 85 % pelo PRR e 15 % do município se forem concluídos até dezembro desse ano, havendo uma redução do financiamento até 60 % da parte do PRR e 40 % do município caso os investimentos sejam concretizados até 2030, já através do 1.º Direito devido ao encerramento do PRR. As obras estão a decorrer normalmente e estes 3,6 milhões de euros de pedidos de

reembolso que temos submetidos ao IHRU, são para nós uma preocupação por se tratar de uma verba muito significativa para o município.

Submetemos todas as nossas candidaturas dentro do prazo definido pelo IHRU. Há quatro candidaturas do Lameirinho que ficaram de fora do lote dos 26 000 fogos e uma ampliação que tencionamos fazer numa casa da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras que foi cedida ao município para que pudéssemos realizar as obras.

Já procedemos à entrega de mais de cem casas e contamos entregar mais algumas para a semana. À semelhança do que já aconteceu, prevemos para o mês de julho uma visita da parte das entidades nacionais para vistoria de todas estas obras. Segundo a primeira apreciação que tivemos da parte do IHRU, estamos a executar as obras com a qualidade necessária de acordo com o que está previsto na legislação.

As quarenta novas habitações que não fazem parte dos 26 000 fogos que há pouco referi ainda não foram aprovadas pelo IHRU. Ontem tive a oportunidade de referir à senhora Secretária de Estado que os projetos referentes a essas habitações, com valores significativos, estão prontos para o lançamento dos concursos. Uma vez que o PRR está com uma taxa de execução relativamente baixa e temos tido empreiteiros para todas essas obras, perguntámos se seria possível aprovar mais algumas dessas obras no âmbito do PRR ou, pelo menos, através do 1.º Direito com as respetivas taxas de financiamento, visto que há, da parte do município, a vontade de requalificar o património existente e aumentar o parque habitacional do concelho.

Sr. d. m. César Medeiros – Muito bom dia senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

É normal nesta Assembleia, trazermos à colação assuntos que sentimos no dia a dia e tentamos debater da melhor maneira mas, apesar de meritórios, têm pouco impacto e fazem apenas eco por estarem fora das nossas competências, por isso cabe a quem faz parte de outros órgãos, decidir a favor das populações.

As forças partidárias perdem cinco mil ou sete mil votos por alguma razão e perderão ainda mais se não fizerem as leituras corretas relativamente às soluções dos problemas das populações. Temos que fazer todo o esforço que nos for possível para respondermos da melhor maneira às dificuldades financeiras, sociais, habitacionais e de bem-estar, procurando a felicidade das pessoas do nosso concelho. É importante que cada um de nós dê o seu melhor na defesa das nossas causas.

Este PRR é uma marca do município que durará vários anos porque, muito estava por fazer, e suplantou a maior omissão destes doze anos, ou seja, o facto de não se conseguir avançar tão rápido quanto gostaríamos com aquela que nos parece ser a obra de relevância, o Mercado Municipal de que a cidade tanto precisa que encalha problemas de trânsito e implica um conjunto de limitações à cidade que estão por resolver.

Nos últimos meses tem sido difícil entrar em Angra para fazer cargas e descaras, tem havido interrupções nas vias públicas e demoras no atravessamento da cidade de este para

oeste e vice-versa. Não temos vias alternativas de qualidade que permitam uma fluidez do trânsito dentro da cidade e fora dela. Algumas situações terão a ver com o município e outras talvez não, mas continuamos a olhar para o nosso umbigo e não resolvemos o problema que já vai parecendo um elefante branco.

Peço ao senhor presidente da Câmara que nos faça uma atualização da obra do Mercado Municipal para que conheçamos todo o processo mais amiúde. Lembro que houve uma proposta de acompanhamento deste projeto por parte das forças partidárias, por isso gostaríamos de saber se o mesmo está efetivamente concluído, para quando se prevê o início das obras, qual a sua duração e se a maquete vai ou não ser exposta. Sei que estamos em final de ciclo e poderá ser um tema para o início do próximo mandato, mas todos ficamos a ganhar com um sinal de transparência e rigor.

Sr. presidente da Câmara – O processo do Mercado Municipal está concluído. O empreiteiro fez o que tinha a fazer na parte burocrática e de projeto e está em condições de iniciar obra, mas houve alguma hesitação dada a proximidade das festas Sanjoaninas e a interferência no trânsito. Foi retirado tudo o que havia a retirar do recinto preparatório e essa parte está concluída, mas a obra em pesado só se iniciará uma vez terminadas as Sanjoaninas sob pena de criarmos grandes engulhos à circulação e ao funcionamento da própria festa.

O tempo estimado da obra do Mercado Municipal é de cerca de dois anos e meio, o que significa que apanhará pelo menos mais duas edições das Sanjoaninas, as de 2026 e de 2027. A parte pesada da obra será feita nesta segunda metade do ano 2025 e durante 2026 em que teremos uma circulação mais pesada e frequente com a remoção e entrada de materiais. A partir daí as coisas ficarão mais fáceis porque entraremos na fase de acabamento com menos impacto em relação à fase de escavação e construção de estruturas.

Esta primeira fase da obra do Mercado Municipal correu muito bem. O projeto foi apresentado e está disponível juntamente com a maquete na página da internet do município no separador «empreitadas a decorrer». Foi lá colocado quando houve aqui a apresentação há uns tempos atrás.

Por estarmos em fim de ciclo, chegámos à conclusão que não seria o melhor momento para a criação de um grupo de trabalho e teremos apenas mais uma sessão da Assembleia Municipal que não costuma ter grande relevância, por isso creio que essa matéria deve transitar para o próximo mandato autárquico, altura em que fará sentido criar-se o respetivo grupo de trabalho. De qualquer maneira, o acompanhamento pode ser sempre feito, falando diretamente connosco aqui na Câmara Municipal ou através dos meios informáticos.

A obra do Mercado Municipal é complexa, tem um prazo contratual que terminará antes dos dois anos e meio. Por ser uma conceção-construção, o processo de conceção já começou a contar, por isso faltam cerca de dois anos para a conclusão da obra, que tem uma componente muito pesada de escavação, o que introduz sempre algum grau de incerteza e veremos como as coisas correm. Lembro que o acerto com os requisitos do património mundial levou a um afundamento do edifício, implicando um aumento muito substancial da

escavação, que é complexa em meio urbano. Quando a obra estiver a decorrer é que perceberemos quando poderá terminar, mas ainda temos dois anos pela frente.

Sra. d. m. Michéle Aguiar – Gostaria de saber o valor e as razões do apoio dado à corrida de touros do Ramo Grande.

Sr. presidente da Câmara – Apoiamos com três mil euros, todas as corridas que ocorrem na praça de touros em Angra, organizadas por entidades de fora do concelho. Tem a ver com o apoio à causa taurina e a publicidade que é feita ao município através de umas faixas que são colocadas na parede exterior da praça de touros. O Ramo Grande e todas as outras entidades que ali organizam espetáculos são sempre apoiados com essa quantia.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Bom dia senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Trago três pequenos assuntos com alguma relevância. Recebemos há pouco tempo o convite para a bonita cerimónia de receção às Sanjoaninas que acontece no jardim, uma forma de se dar relevo às pessoas que, embora não participem diretamente, trabalham muito para as festas, como é o caso dos elementos das juntas de freguesia. Gostaria de sublinhar que este ano, além do presidente da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, foram também enviados convites para os secretários e tesoureiros, uma ação que me agradou porque estas pessoas trabalham muito para as freguesias e para o concelho e merecem estar presentes nesta cerimónia.

O Orçamento Participativo é uma ideia absolutamente brilhante e expresso aqui a minha satisfação pelo facto de a vila de São Sebastião ter visto aprovado um projeto pelo quinto ano consecutivo; contudo e correndo o risco de falar contra causa própria, lembro que não votaram neste Orçamento Participativo, sequer 4 % dos habitantes do concelho, o que é muito pouco, tendo em conta que o objetivo do Orçamento Participativo é justamente ouvir e considerar as sugestões da população, que me parece estar a passar um bocadinho ao lado, um assunto que, quanto a mim, talvez mereça a consideração desta Assembleia.

Tive a oportunidade de referir numa sessão anterior da Assembleia Municipal, a situação do ecocentro da vila de São Sebastião que, infelizmente, continua a não funcionar como ecocentro, uma informação que já transmiti também ao executivo municipal. Foram recolhidos 24 760 kg de resíduos sólidos urbanos no ecocentro das Doze Ribeiras, 28 260 kg no ecocentro dos Altares e 62 610 kg no ecocentro da vila de São Sebastião, o que demonstra que a forma de gestão deste ecocentro não é suficiente para a quantidade de resíduos que recebe. Já referi a maioria das empresas que lá depositam resíduos mas a questão ainda não foi resolvida. Como tive oportunidade de informar por escrito através de mensagem por correio eletrónico, se não for encontrada uma solução, talvez fosse boa ideia encerrar aquele ecocentro para se evitar a criação de lixeiras em espaço aberto. Há locais próprios para deposição de resíduos e os ecocentros são excelentes, mas as coisas não estão a correr bem com o de São Sebastião.

Sr. presidente da Câmara – O Orçamento Participativo não tem sido um sucesso e provavelmente nunca o será no nosso concelho, exatamente porque temos freguesias pequenas e coesas. Os senhores presidentes de juntas de freguesia têm uma grande proximidade com as suas populações que, por sua vez, têm uma câmara municipal que está também próxima das suas juntas de freguesia. O espaço que, teoricamente, seria preenchido pelo Orçamento Participativo, é colmatado pela nossa atividade normal na relação entre os municípios, as suas juntas de freguesia e a sua câmara municipal, por isso talvez não seja uma das maiores necessidades do nosso concelho. Era um compromisso eleitoral ao qual demos cumprimento como era nossa obrigação, um assunto que talvez deva ser reavaliado no próximo mandato, já que as pessoas têm outras vias para fazerem chegar as suas sugestões e ainda bem que assim é.

O Orçamento Participativo é uma ideia generosa pensada para um contexto de freguesias e concelhos de maiores dimensões em que há uma grande distância entre os cidadãos e os seus órgãos autárquicos. Aqui as pessoas dirigem-se aos seus presidentes de juntas de freguesia e dizem o que têm a dizer, por isso sentem pouca necessidade do Orçamento Participativo.

Temos efetivamente um problema no ecocentro de São Sebastião. O senhor vereador que tem esse pelouro a seu cargo já contratou e estamos a aguardar a instalação de umas câmaras de videovigilância no local para que possamos ter algum controlo e sabermos quem lá vai depositar resíduos.

Não há dúvidas que os ecocentros são uma excelente ideia mas é preciso que haja mais civismo. São Sebastião está a pagar o preço da sua posição fronteiriça porque uma boa parte dos utentes daquele ecocentro não são do nosso concelho. Como não existe uma estrutura semelhante no concelho vizinho, as entidades que estão ali ao pé aproveitam aquele ecocentro, que acaba por receber resíduos de fora de São Sebastião e das freguesias vizinhas, até porque este lado da ilha é o que está melhor servido. Existe um outro ecocentro à entrada do aterro que é vastamente ignorado, mas como é mais vigiado, as empresas que legalmente não podem usar os ecocentros e são obrigadas a entregar os resíduos por outra via, acabam por usar o ecocentro de São Sebastião.

Espero que a colocação das câmaras de vigilância e a identificação de quem lá vai, comece a pôr alguma ordem na situação, porque a vila de São Sebastião não produz essa quantidade de resíduos e está a receber o lixo dos vizinhos, uma boa notícia que, neste caso, é uma má notícia.

Sr. d. m. César Medeiros – Não fiquei totalmente esclarecido com a resposta do senhor presidente da Câmara porque não abordou a questão do trânsito, que se vai agravar com as obras do Mercado Municipal. Pergunto se está previsto algum plano de contenção de fluidez do trânsito, uma situação fácil de decidir que tem que ser funcional. Há lacunas que devem ser resolvidas tão cedo quanto possível e a entrada e saída de camiões com grandes quantidades de materiais inertes implicará enormes constrangimentos.

Já que se falou aqui do Orçamento Participativo, quero dar os parabéns pelos oito projetos vencedores, desejando que os mesmos se concretizem e executem da melhor forma, e quanto ao que o senhor presidente da Câmara diz ser um mal menor, apraz-nos perguntar que desenvolvimento queremos para as nossas freguesias. O Orçamento Participativo deveria fazer a diferença, não se sobrepondo a outras matérias, um assunto que, decerto, merecerá debate numa outra sessão da Assembleia Municipal e com outro elenco camarário.

Sr. presidente da Câmara – Não disse nada a respeito do trânsito porque não há muito a dizer sobre aquilo que temos vindo a discutir. As questões do trânsito são um pouco como aquelas que há pouco referi em relação à acessibilidade e têm a ver com a estrutura da nossa cidade, que está situada num vale e é atravessada por um único eixo este-oeste.

Temos uma Circular que foi pensada num período em que havia muito menos trânsito do que agora e não tem duas faixas em toda a sua extensão, criando um conjunto de restrições, particularmente naquela zona do hospital nas horas de entrada e saída. É mais uma das situações que não está no nosso âmbito, mas temos a obrigação de exercer alguma magistratura de influência. Aquela zona merece o alargamento para uma segunda faixa porque a estrutura que ali existe de redução para uma faixa de rodagem e a entrada na rotunda não respondem à pressão do trânsito em determinadas horas.

Uma outra situação que também precisa de ser repensada e resolvida é o entroncamento da Grota do Vale que tem gerado um número excessivo de acidentes.

Dentro da cidade não há muito a fazer porque não podemos fazer demolições para alargar ruas e a única solução possível é o desvio do trânsito para a periferia, tentando reduzir os atravessamentos. Podemos criar restrições no sentido de evitar que alguém entre em São Bento para sair por São Pedro, desviando esse trânsito para a Circular que, como já referi, não dá a resposta necessária, por isso temos que conciliar as duas coisas enquanto não se fizer o investimento necessário com a colocação de duas faixas na maior parte da Circular e a eliminação da restrição naquela rotunda junto a São Rafael.

Isto leva-nos a outra questão que nos últimos meses tem tido algum impacto sobre o trânsito na cidade, particularmente na zona leste devido à interrupção do trânsito na Vinha Brava, uma situação transitória por uma boa razão que é a resolução de um problema de pavimentos muito complicado e também de segurança no abastecimento de água.

A situação que vigorará durante a obra do Mercado Municipal já foi devidamente estudada e estabelecida; implica uma alteração na Rua do Rego, na Rua do Pau São e no entroncamento do Alto das Covas e durante a fase de saída de materiais de escavação teremos que fazer uma alteração diante da escola. Com esse objetivo já se criou um portão alternativo que permite a saída da escola pelo lado da Rua da Queimada para que possamos fazer circular os camiões diante do edifício escolar com segurança, um trabalho que será acompanhado e ajustado em função da experiência quando se iniciar a fase de escavação neste verão.

Mais uma vez vos digo que não é possível fazer milagres e os grandes volumes de material de saída e entrada na obra terão que circular pelo Alto das Covas, descendo a Avenida Tenente Coronel José Agostinho e saindo da cidade pela Silveira.

Vamos ter um período de coexistência de duas obras com impacto sobre o trânsito na cidade, ou seja, a obra da Vinha Brava e depois a construção do Mercado Municipal. A vida em Angra não será fácil no próximo ano mas faremos os possíveis para criar as melhores condições de circulação, tendo em conta a tipologia da cidade que nasceu a partir de uma estrutura este-oeste da antiga Estrada Regional que entra por São Pedro e sai por São Bento. Existe uma outra restrição de natureza topográfica já que, para qualquer lado que nos desviemos deste percurso, vamos encontrar as grandes ladeiras ali para os lados de Santa Luzia. É preciso fazer-se um investimento na Circular para se desviar para ali o trânsito no sentido de evitar o atravessamento da cidade.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Prestei atenção à intervenção do senhor deputado Guilherme Bizarro, que refere a questão dos resíduos pela segunda vez, um tema que também me diz respeito porque faço tratamento de resíduos por via de uma empresa que tenho. As sessenta toneladas de resíduos que são depositadas no ecocentro de São Sebastião correspondem ao período de um ano?

Sr. presidente da Câmara – Apenas no período entre sessões da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Absolutamente incrível! Gostaria de reforçar a mensagem do senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião acerca da importância da fiscalização. Verificando-se que as empresas estão a fazer uso desses ecocentros, se continuarem a atividade de forma impune, cria-se uma concorrência desleal em relação àqueles que cumprem os critérios. Lido com a situação todos os dias porque faço tratamento de resíduos e compostagem com custos elevados e complicações legais que ninguém imagina; se não o fizesse, teria que os depositar no aterro com os elevados custos que daí advêm e custa ver empresas concorrentes a depositarem de forma impune os resíduos nos ecocentros com custos irrelevantes.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma intervenção extremamente importante. Há várias empresas na área dos resíduos verdes, dos entulhos e dos RCD, (Resíduos de Construção e Demolição) que praticam concorrência desleal, distorcem o mercado e causam-nos sérios problemas, já que os custos daqueles resíduos no seu destino final são suportados pelo município ao mesmo preço que é pago pelas empresas. Na verdade, o que está a acontecer é uma transferência desses custos da empresa para o município, por isso já pedimos a colaboração da GNR que tem feito um trabalho de fiscalização mais apertado em torno dos centros de deposição de resíduos com vista a minorar esta situação. No fim de contas, todos pagamos a fatura porque o preço de deposição de uma tonelada de resíduos de construção e demolição na entidade certificada para o receber é exatamente o mesmo para a Câmara Municipal e para o empreiteiro, que acaba por passar a despesa para a Câmara. Desta

forma estamos todos a ser lesados, quer na concorrência entre empresas, quer nas finanças municipais.

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Ainda a respeito do Orçamento Participativo, não estou de acordo com o meu colega Guilherme Bizarro nem com o senhor presidente da Câmara porque o considero uma boa iniciativa. Sei que a Câmara Municipal está sempre presente mas o Orçamento Participativo deve ser melhor divulgado pelas dezanove juntas de freguesia do concelho e o Porto Judeu também já ganhou cinco projetos. O ano passado não ganhámos mas houve um ano em que ganhámos em duas áreas.

Quanto a mim, o Orçamento Participativo é muito importante, deve continuar e cabe também aos presidentes de juntas de freguesia divulgá-lo junto dos cidadãos. Tem sido uma mais-valia para a freguesia do Porto Judeu e este ano tivemos mais de quatrocentos votos, o que não é assim tão pouco. Cabe a todos divulgar e utilizar esta ferramenta de grande valor que nos é concedida e é muito importante para as freguesias.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Concordo com a colega Honória Leandro presidente da Junta de Freguesia do Porto Judeu e temos que usar todos os recursos que temos à disposição. A verdade é que a vila de São Sebastião tem aproveitado bem os projetos do Orçamento Participativo destinado ao cidadão comum que, na minha opinião, tem ficado de fora, por isso gostaria de ver mais projetos apresentados por cidadãos que não chegam tão facilmente às juntas de freguesia.

As freguesias mais populosas como São Sebastião, Porto Judeu, Ribeirinha ou São Mateus têm maiores vantagens e já vi propostas de grande valor não serem aprovadas por falta de votação, justamente por surgirem de freguesias de menor dimensão. As freguesias do centro de Angra têm grandes dificuldades porque, infelizmente, a coesão social não é tão grande e os seus projetos dificilmente passam. Não acho que seja esse o espírito do Orçamento Participativo, já que as juntas de freguesia têm outras vias de chegar ao executivo municipal, mas concordo que o devemos aproveitar enquanto estiver em vigor.

Terminadas as intervenções, a informação da atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (27/2025/AMAH).

1.2 – Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2025 no valor de 513 753,29 €. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de uma revisão muito simples que visa incluir na receita e na despesa 513 753,29 € de candidaturas que foram aprovadas no âmbito da GRATER, ou seja, dos Grupos de Ação Local. É uma operação neutra do ponto de vista orçamental porque a receita é igual à despesa e estamos apenas a criar condições para que o município possa receber esta quantia e transferi-la para os seus destinatários finais.

A Revisão foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, sendo 17 do Partido Socialista e 8 da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 8 abstenções da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM). (28/2025/AMAH).

1.3 – Contrato assinado relativo ao empréstimo bancário no valor de 10 000 000,00 € (dez milhões de euros), bem como a simulação do plano de pagamento. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Infelizmente é a terceira vez que este assunto é apresentado à Assembleia Municipal. Da parte do Tribunal de Contas foi feito um reparo por haver uma desconformidade entre os períodos de carência e os prazos inicialmente aprovados por esta Assembleia. Essa discrepância resulta do facto de termos feito esta negociação e este contrato em 2024 quando, felizmente não foi preciso, e provavelmente também não será em 2025. É apenas uma questão de acertarmos as datas porque tudo isto deslizou para o futuro em relação ao que estava inicialmente previsto. O Tribunal de Contas questionou se não seria possível resolver o assunto por outra via mas, como não há urgência, chegámos à conclusão que seria mais fácil voltar a submeter à Assembleia Municipal o contrato devidamente assinado com as condições finais para que não haja qualquer dúvida sobre o que está feito do ponto de vista contratual.

Os documentos foram aprovados por unanimidade. (29/2025/AMAH).

1.4 – Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2025, tendo em vista a introdução de um posto de trabalho para a Unidade da Cultura e Desporto – 1 assistente técnico (área de som e luz). Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Um dos trabalhadores da área da iluminação e do som do Teatro Angrense e do Centro Cultural e de Congressos aposentou-se mais cedo do que esperávamos. Tinha a categoria de Assistente Operacional, porque era assim na altura em que foi contratado e poderíamos contratar sem criar uma nova vaga porque o lugar ficou vazio; contudo, dado que neste momento as escolas profissionais ministram um curso na área técnica de som e luz, chegámos à conclusão que seria melhor substituir a vaga de Assistente Operacional por uma vaga de Assistente Técnico. Estamos assim a substituir um Assistente Operacional que se aposentou por um Assistente Técnico da área do som e da luz.

Sr. d. m. César Medeiros – Manifesto total concordância com esta abordagem da valorização das carreiras e do enquadramento profissional dos nossos jovens que saem das escolas com competências para o efeito.

A Alteração ao Mapa de Pessoal foi aprovada por unanimidade. (30/2025/AMAH).

1.5 – Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 23-11-2018, bem como alteração da redação dos critérios que permitem o acesso à Tarifa Social de água e águas residuais. Para revogação da deliberação de 2018 e aprovação da alteração, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º e n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 147/2017 de 5 de dezembro.

Sr. presidente da Câmara – O que se pretende é a revogação da deliberação visando a clarificação dos critérios de atribuição da tarifa social e não a alteração da própria tarifa em si, porque essa seria uma competência da Câmara Municipal. A ERSARA (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores) e bem, fez um reparo em relação à maneira como o nosso regulamento está redigido. É preciso que sejam cumpridos dois critérios para se ter direito à tarifa social e a redação dava a entender que se tratava de critérios alternativos e não cumulativos. Não há alterações à tarifa, sempre aplicámos critérios cumulativos e continuaremos a fazê-lo, clarificando apenas a redação do regulamento para que não haja dúvidas quanto às regras de acesso à respetiva tarifa.

Sr. d. m. César Medeiros – Importa acrescentar essa clarificação da alteração na redação final da ata para que depois não haja equívocos.

Sr. presidente da Câmara – Sim, e a culpa não é da Mesa da Assembleia, o erro vem no ofício que foi enviado da Câmara para a Assembleia. Já tínhamos clarificado na reunião de Câmara em que esta proposta foi aprovada mas, infelizmente, não fomos a tempo de corrigir o ofício que seguiu para a Assembleia. Que fique claro que não há alteração da tarifa, porque essa seria uma competência da Câmara Municipal, o que há é uma clarificação das normas de acesso à respetiva tarifa.

A Assembleia Municipal, por unanimidade, revogou a deliberação de 23-11-2018 e aprovou a alteração em causa. (31/2025/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – Peço que consideremos em conjunto os pontos 1.6 e 1.7 dada a natureza muito similar daquilo que se propõe.

Questionados pelo senhor presidente da Mesa, nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Apenas para comunicar aquilo que me parece absolutamente claro. Temos duas instituições extremamente relevantes no nosso concelho e na nossa ilha que neste ano cumpriram meio século de atividade, uma na área do desporto automóvel, a outra na área agrícola e económica, por isso são merecedoras de distinção pelos seus percursos extraordinariamente relevantes que nos honram a todos. A Câmara Municipal, por unanimidade, resolveu propor estas distinções à Assembleia Municipal para que, no próximo dia 21 de agosto aquando da elevação de Angra do Heroísmo a cidade, sejam entregues os respetivos galardões.

1.6 – Proposta de Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Desportivo ao Terceira Automóvel Clube pela sua atividade na área desportiva ao longo de 50 anos. Para aprovação do órgão deliberativo.

A proposta foi aprovada por unanimidade. (32/2025/AMAH).

1.7 – Proposta de Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Comercial à Associação Agrícola da Ilha Terceira pela sua atividade na área da agricultura ao longo de 50 anos. Para aprovação do órgão deliberativo.

A proposta foi aprovada por unanimidade. (33/2025/AMAH).

1.8 – Proposta de Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Profissional a Fernando Emanuel Amarante Pacheco Pereira pela sua atividade na área de espeleologia. Para aprovação por escrutínio secreto.

Sr. presidente da Câmara – O senhor Fernando Pereira, mais conhecido pelo Pardal, tem tido uma atividade notável no campo da espeleologia e da exploração das zonas naturais. Tem prestado serviços extraordinariamente relevantes ao nosso município, particularmente na área dos trilhos. É um reconhecimento merecido face a um longo percurso de mais de quarenta anos de trabalho em prol de nós todos nestas duas áreas que são extremamente sensíveis para a conservação da natureza e para a boa gestão do nosso território.

Sr. d. m. César Medeiros – O senhor Fernando é um homem da espeleologia e quando cheguei à universidade já era conhecido por este nome. É um entusiasta sempre pronto para ajudar com uma enorme competência e disponibilidade. O crescimento do turismo da natureza, a construção e delineação dos trilhos e a sua articulação com Os Montanheiros tem a alma do senhor Fernando Pereira. Somos a favor desta atribuição da Medalha de Mérito Municipal Profissional e seria bom que, mais Fernandos houvesse para a nossa terra.

Após votação por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada por unanimidade. (34/2025/AMAH).

1.9 – Proposta de Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Cultural a José Maria Ferreira Botelho pela sua atividade de construção de maquetes topográficas. Para aprovação por escrutínio secreto.

Sr. presidente da Câmara – O José Maria Botelho, trabalhador aposentado deste município, tem vindo a desenvolver um trabalho notável no âmbito da Associação Os Montanheiros na construção de maquetes. Creio que todos conhecem também a sua coleção de fotografias, a divulgação de aspetos antigos e recentes do nosso concelho e um trabalho extraordinário de exploração da natureza e de mapeamento do interior da ilha Terceira. O José Maria merece ser reconhecido pelo seu enorme contributo ao nosso concelho e à nossa

ilha. Sendo um homem humilde, disse-me que gostaria que este fosse um reconhecimento coletivo porque acha que o mérito é também dos Montanheiros. Fica esta nota a pedido do próprio para um mérito coletivo de todos os que têm trabalhado nos Montanheiros mas, na verdade, o José Maria Botelho tem tido um enorme destaque pelo trabalho que fez. Os que não conhecem, devem passar pela sede dos Montanheiros e ver o trabalho absolutamente notável que lá está feito de maquetização topográfica da nossa e de outras ilhas.

Após votação por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada por unanimidade. (35/2025/AMAH).

1.10 – Ofício n.º 033/25 de 2025-03-30 da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento de Angra do Heroísmo a informar da revisão de preços referentes à obra de reconstrução da antiga Igreja de Nossa Senhora do Livramento no montante de 179 186,41 € (cento e setenta e nove mil, cento e oitenta e seis euros e quarenta e um cêntimos) ao qual acresce a taxa de IVA em vigor nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004 de 6 de janeiro. Para autorização.

Sr. presidente da Câmara – Como sabem, por contrato que foi aprovado por esta Assembleia, o município financiou a reconstrução da Igreja de Santo António dos Capuchos, à semelhança do que tinha sido feito com a Igreja das Concecionistas da Santa Casa da Misericórdia. Estas obras decorreram num período em que houve uma inflação mais elevada do que o normal e foi criada legislação específica que permite uma atualização extraordinária de preços que segue as normas legalmente estabelecidas. Foi devidamente validada pela fiscalização e pelos nossos serviços jurídicos e parece-nos justo que a Irmandade seja apoiada neste valor, da mesma forma que também o foi a Santa Casa da Misericórdia.

Na sessão anterior aprovámos uma medida semelhante para que estas instituições fiquem com estas obras integralmente pagas pelo município e não tenham que suportar quaisquer custos. Trata-se de uma atualização extraordinária que não seria obrigatória para o município, mas parece-nos justo que assim seja, até porque criámos um precedente semelhante com a Santa Casa da Misericórdia.

Autorizado por unanimidade. (36/2025/AMAH).

1.11 – Atribuição de Medalhas de Bons Serviços Municipais aos seguintes funcionários da Câmara Municipal:

- Marcelino Barcelos Couto.
- Lúcia de Fátima Melo Alves.
- Maria Luísa da Costa Espínola.

Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (37/2025/AMAH).

2. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Proposta de atribuição da Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Ricardo Manuel Rodrigues de Barros pelo seu percurso filantrópico. Para aprovação por escrutínio secreto e envio à Câmara Municipal também para aprovação.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta em epígrafe:

ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL FILANTRÓPICO A RICARDO MANUEL RODRIGUES DE BARROS

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, nasceu a 20 de junho de 1952, na Freguesia de Biscoitos, Concelho de Praia da Vitória.

Frequentou o Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, tendo sido eleito Presidente da Comissão de finalistas daquele estabelecimento de ensino.

Licenciou-se em História. Fez parte do Conselho Pedagógico de História e da Assembleia de Representantes da Faculdade de Letras de Lisboa.

Foi eleito Presidente da Mesa da RGA da Associação de Estudantes da F.L. em 1980.

No decorrer do seu percurso filantrópico, destacou-se enquanto: membro da Direção Diocesana da juventude Agrária Católica; membro da Associação de Amizade Portugal – Iraque; membro do Conselho de Fundadores da Fundação Res-Pública; membro honorário da Tulare Sister City Foundation; membro Fundador e Past-Presidente do Lions Club da Ilha Terceira; Presidente do Núcleo da Ilha Terceira da Liga dos Combatentes de 1996 a 1998; Presidente do Conselho Fiscal da Tertúlia Tauromáquica Terceirense; Presidente da Direção da Cozinha Económica Angrense e do Conselho Fiscal; Presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória; Presidente da Assembleia Geral da Associação de Vinicultores da Ilha Terceira AVIT; membro fundador do Banco Alimentar Contra a Fome da Ilha Terceira e Vice-Presidente da Assembleia Geral da ASTECIA; Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros de Angra do Heroísmo.

Exerceu, ainda, funções públicas como Vice-Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores de novembro de 1996 a março de 1998 e de dezembro de 2000 a novembro de 2014.

É também reconhecido pelo seu percurso político e partidário, nomeadamente: foi membro da ALTAN - Associação Atlântica de Jovens Líderes Políticos; foi membro da Comissão de Honra Nacional da candidatura do Presidente Mário Soares; foi Diretor de Campanha do Dr. Jorge Sampaio para a Região Autónoma dos Açores; representou o Partido Socialista na Conferência para a Paz realizada em Bagdade em março de 1988; candidato à Câmara de Sintra em 1979 e à Assembleia Municipal em 1982; candidato à Presidência da Câmara Municipal da Praia da Vitória em 1985; membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo de 1989 a 1993; Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo de 2005 a 2021; Presidente do Conselho de Ilha da Terceira em 2013, 2020 e 2021; responsável pelo Departamento de Apoio às Regiões Autónomas do Partido Socialista de 1977 a 1982 e Adjunto para a Organização de 1982 a 1983; membro da Comissão Nacional do Partido Socialista de 1993 a 1996; foi membro da Comissão Regional do Partido Socialista e membro do Secretariado Regional; foi Secretário Coordenador do Partido Socialista na Ilha Terceira de 1988 a 1995; Presidente da Comissão da Ilha Terceira do PS/Açores de 1995 a 1996; foi

membro do Secretariado de Ilha Terceira do Partido Socialista; foi Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral da Região Autónoma dos Açores de 1983 a 1988; foi membro da Delegação Portuguesa à Assembleia da União da Europa Ocidental; foi membro da Comissão Eventual para acompanhamento da situação de Timor-Leste; foi membro da Comissão Eventual de Inquérito ao acidente de Camarate; foi membro da Comissão de Defesa Nacional; Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores de 1988 a 1996.

Face ao acima referido, a Mesa da Assembleia Municipal propõe o seguinte:

1. Nos termos do n.º 1, da alínea e) do n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 12.º do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas Municipais, a atribuição da medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Ricardo Manuel Rodrigues de Barros pelo seu percurso filantrópico.
2. Remeter para aprovação da Câmara Municipal, nos termos do citado artigo 12.º do Regulamento em causa.

Angra do Heroísmo, 13 de junho de 2025.

A Mesa da Assembleia Municipal.

Após votação por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada por maioria. (38/2025/AMAH).

3. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

3.1 – Voto de Congratulação pelos 175 anos da Irmandade do Divino Espírito Santo do Império dos Remédios.

A senhora deputada municipal Mónica Oliveira procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO DOS 175 ANOS DA IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DO IMPÉRIO DOS REMÉDIOS 1850

A Irmandade do Divino Espírito Santo do Império dos Remédios foi fundada em 1850, tendo sido na altura criada uma coroa pela família Canto e Castro que habitava o Solar de Nossa Senhora dos Remédios, antigo orfanato Beato João Baptista Machado, atualmente sede da Secretaria Regional da Saúde, com a finalidade expressa de honrar o Divino Espírito Santo e que era celebrado no Domingo da Santíssima Trindade, com a festa a partir da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, pertença da família Canto e Castro.

Em 1909, um grupo de pessoas devotas do Bairro do Corpo Santo entendeu que a coroa e a bandeira do Divino deveriam ter sede própria, edificando no Largo dos Remédios, precisamente em frente ao Solar, um Império em pedra.

Por volta de 1958, uma vez que o edifício do Império estava desalinhado do conjunto de moradias próximo e por razões da nova urbanização (atualmente Rua Jacinto Cândido), o município de Angra do Heroísmo decidiu transferi-lo.

Em 1959, pedra por pedra, foi reedificado, junto da Ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem, onde se encontra desde então, continuando a festejar, ano após ano, o mesmo Divino Espírito Santo de sempre.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os Grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM, propõem nesta Assembleia Municipal, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 175 anos da Irmandade do Divino Espírito Santo do Império dos Remédios.

Angra do Heroísmo, 13 de Junho de 2025.

Grupo Municipal do Partido Socialista.

Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (39/2025/AMAH).

3.2 – Voto de Congratulação pelos 70 anos de atividade do Instituto Açoriano de Cultura. Para aprovação do órgão deliberativo.

A senhora deputada municipal Marília Vargas procedeu à leitura do voto em epígrafe:

Voto de Congratulação

70.º Aniversário do Instituto Açoriano de Cultura

Os Grupos Municipais do PS e da coligação do PPD-PSD/CDS-PP/PPM propõem a aprovação de um voto de congratulação pelos 70 anos de atividade do Instituto Açoriano de Cultura (IAC), assinalados no passado dia 23 de maio de 2025.

Fundado em Angra do Heroísmo, a 23 de maio de 1955, por iniciativa de um grupo de professores do Seminário Maior de Angra, o Instituto Açoriano de Cultura afirmou-se, ao longo das últimas sete décadas, como uma das mais relevantes instituições culturais dos Açores, tendo desenvolvido uma ação continuada, ininterrupta e exemplar na promoção da cultura e da identidade açorianas, nas suas múltiplas expressões e dimensões.

Nos seus primeiros anos, destacou-se pela realização das então denominadas “Semanas de Estudo” (1961-1966), que procuraram estabelecer uma fundamentação filosófica integradora

do pensamento religioso, científico, artístico e económico, sendo pioneiras na construção de uma visão unificadora e crítica da realidade cultural açoriana.

Desde 1956, o IAC assegura, sem interrupções, a publicação da Atlântida, revista de referência que goza de inquestionável prestígio nos meios literários e universitários, tanto a nível regional como nacional e internacional. Para além da revista, a atividade editorial do Instituto abrange mais de meia centena de títulos em áreas como a literatura, a sociologia, a história e as artes.

Com uma ação que se estende às nove ilhas do arquipélago, o Instituto Açoriano de Cultura promove regularmente entrevistas, conferências, exposições de pintura e fotografia, performances e debates em torno de temáticas culturais da atualidade, tendo um papel ativo na dinamização e valorização do setor cultural regional.

Em reconhecimento do seu relevante contributo para a cultura açoriana, o IAC foi declarado Instituição de Utilidade Pública pela Resolução n.º 45/86, do Governo Regional, e agraciado com a Insígnia Autónoma de Mérito Cívico, atribuída pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 2007.

No ano em que comemora sete décadas de atividade, o Instituto Açoriano de Cultura propõe-se não apenas celebrar a sua memória, mas também reafirmar o seu compromisso com o presente e com o futuro da cultura açoriana.

Pelo percurso exemplar, pelo serviço prestado à cultura e à cidadania, e pelo inestimável contributo para a valorização da identidade açoriana no contexto atlântico e global, os Grupos Municipais do PS e da coligação do PPD-PSD/CDS-PP/PPM propõem que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprove este voto de congratulação ao Instituto Açoriano de Cultura, homenageando o seu trabalho, a sua história e a sua visão de futuro.

Angra do Heroísmo, 13 de junho de 2025.

Grupo Municipal do Partido Socialista.

Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM.

O Voto foi aprovado por unanimidade. O deputado municipal Rogério Sousa ausentou-se da sessão no momento da discussão e votação deste Voto, por se encontrar impedido nos termos do CPA. (40/2025/AMAH).

3.3 – Voto de Congratulação pelos 30 anos da GRATER. Para aprovação do órgão deliberativo.

A senhora deputada municipal Rita Santos procedeu à leitura do voto em epígrafe:

Voto de Congratulação

30 anos de atividade da GRATER

Os Grupos Municipais do PS e da coligação do PPD-PSD/CDS-PP/PPM propõem a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 30 anos de atividade da GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional.

Constituída como uma associação sem fins lucrativos a 21 de julho de 1995, a GRATER tem desenvolvido, ao longo de três décadas, um trabalho notável na promoção, apoio e concretização de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com especial incidência nos concelhos de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa.

A sua ação tem sido pautada pela valorização das potencialidades endógenas e exógenas dos territórios que abrange, numa lógica de desenvolvimento integrado e participativo, centrado nas comunidades locais e nas suas dinâmicas próprias.

Ao longo da sua existência, a GRATER foi alargando a sua rede de parceiros, sendo hoje constituída por um conjunto diversificado de entidades que representam os setores público e privado. A sua estrutura assenta num modelo de governação plural e cooperativo, que privilegia a participação dos atores locais, a inovação social e a mobilização dos recursos endógenos para o desenvolvimento do território.

Através da sua atuação consistente e articulada, a GRATER assumiu um papel de referência na promoção do desenvolvimento rural nos Açores, sendo reconhecida como um exemplo de boa prática na dinamização dos territórios insulares.

Os Grupos Municipais do PS, do PPD-PSD/CDS-PP/PPM reconhecem e enaltecem o percurso desta associação, bem como o trabalho de todos quantos nela colaboraram ao longo dos últimos 30 anos – fundadores, dirigentes, técnicos e parceiros –, expressando o seu mais profundo apreço e congratulação pelo valioso contributo prestado à nossa comunidade.

Deste modo, os Grupos Municipais do PS e da coligação do PPD-PSD/CDS-PP/PPM propõem o presente Voto de Congratulação pelos 30 anos de atividade da GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional, determinando que do mesmo seja dado conhecimento à Direção da GRATER, aos Executivos Municipais dos concelhos envolvidos e às demais entidades parceiras da associação.

Angra do Heroísmo, 13 de junho de 2025.

Grupo Municipal do Partido Socialista.

Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (41/2025/AMAH).

3.4 – Voto de Saudação pelos 100 anos da Igreja Paroquial de São Pedro da Ribeirinha. Para aprovação do órgão deliberativo.

A senhora deputada municipal Helena Toste procedeu à leitura do voto em epígrafe:

**VOTO DE SAUDAÇÃO
PELOS 100 ANOS DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO
DA RIBEIRINHA**

A atual Igreja Paroquial de São Pedro da Ribeirinha foi benzida em 1925, numa cerimónia presidida pelo então Bispo Diocesano, D. António de Castro Meireles, com assistência de mais de 300 fiéis, abrilhantada pela Capela do Seminário de Angra e com homenagem exterior pelas Filarmónicas Recreio dos Lavradores e União Católica da Serra da Ribeirinha.

A Igreja encontrava-se ainda nesta data por ultimar, numa obra que se completou com a integral transformação do templo, que substituiu o anterior, num custo total de cerca de mil contos, à época.

Esta é uma imponente edificação religiosa, dedicada a São Pedro e localizada no centro da Freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo.

Inicialmente edificada no século XVI, reconstruída no século XVIII e novamente no século XX, é ladeada por duas altas torres sineiras, tem um relógio no seu frontispício, da autoria do sargento e artífice Alberto Ferreira, sendo o seu exterior belo e o seu interior ainda mais, com um altar-mor em talha dourada que remonta há 500 anos, dois altares de estilo neogótico e quatro de inspiração barroca.

A Igreja Paroquial de São Pedro da Ribeirinha é um ponto de unidade numa freguesia de Angra do Heroísmo com um rico património religioso edificado, do qual duas ermidas e quatro impérios.

Ao longo destes cem anos, a Igreja Paroquial de São Pedro da Ribeirinha tem sido espaço de culto, de introspeção e de inúmeros eventos religiosos e culturais que dinamizam a freguesia, num espírito de união e fraternidade da comunidade.

Deste modo, nos termos regimentais aplicáveis, os Grupos Municipais do PPD/PSD.CDS-PP.PPM e do PS propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 13 de junho de 2025, a aprovação de um Voto de Saudação pelos 100 anos da Igreja Paroquial de São Pedro da Ribeirinha.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Diocese, à Direção Regional da Cultura, à Assembleia de Freguesia da Ribeirinha e à da Igreja Paroquial de São Pedro da Ribeirinha.

Angra do Heroísmo, 13 de junho de 2025.

Grupo Municipal da coligação PSD/CDS-PP/PPM.

Grupo Municipal do Partido Socialista.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (42/2025/AMAH).

3.5 – Voto de Saudação pelos 150 anos do Império de São Bartolomeu de Regatos. Para aprovação do órgão deliberativo.

O senhor deputado municipal Cesário Pamplona procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE SAUDAÇÃO PELOS 150 ANOS DO IMPÉRIO DO TERREIRO DE SÃO BARTOLOMEU DE REGATOS

Em São Bartolomeu de Regatos, durante muitos anos, as festividades em louvor ao Senhor Espírito Santo eram celebradas pela Irmandade do Império do Terreiro, sem que tivesse edifício permanente ou sequer bases materiais, mas decorriam pela vontade dos irmãos em guardar os símbolos religiosos, nas suas próprias casas, enquanto as coroas iam de casa em casa, mediante as promessas e os pelouros.

Mais tarde, em 1875, foi então erigido o Império do Espírito Santo do Terreiro, um edifício de cores vibrantes e traçado caraterístico, junto à Igreja da freguesia, motivado pelo entusiasmo e liderança de Francisco Xavier de Melo e pelo cura António Coelho Ormonde, sendo uma referência na preservação das tradições culturais e religiosas da ilha Terceira.

O efeito devastador do sismo de 1 de janeiro de 1980, que assolou a ilha Terceira, teve impacto no Império do Espírito Santo do Terreiro, pois o mesmo ficou destruído. No entanto, por vontade, dedicação e empenho dos bartolomenses, o Império foi recuperado no traçado e forma como atualmente é conhecido, num testemunho da força da comunidade em respeitar o legado histórico e patrimonial, que dignifica o louvor ao Senhor Espírito Santo.

Ao longo destes 150 anos de existência, o Império do Terreiro de São Bartolomeu de Regatos, mais do que um espaço de devoção, é um espaço de partilha da população bartolomense, num compromisso inoxidável da população em manter viva a tradição de louvar ao Espírito Santo, numa celebração comunitária de alegria, partilha e abundância.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Grupos Municipais do PPD/PSD.CDS-PP.PPM e do PS propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 13 de junho de 2025, a aprovação de um voto de saudação pelos 150 anos do Império do Terreiro de São Bartolomeu de Regatos.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Diocese, à Direção Regional da Cultura, à Assembleia de Freguesia de São Bartolomeu e à Irmandade do Império do Terreiro de São Bartolomeu.

Angra do Heroísmo, 13 de junho de 2025.

Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM.

Grupo Municipal do Partido Socialista.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (43/2025/AMAH).

3.6 – Voto de Congratulação à equipa de futebol sénior feminino do Sport Clube Angrense pela conquista do campeonato regional. Para aprovação do órgão deliberativo.

O Voto foi retirado por iniciativa dos proponentes.

Sr. presidente da Mesa – Terminámos a Ordem de Trabalhos desta nossa sessão da Assembleia Municipal. Como é habitual, transmito às senhoras e aos senhores deputados municipais, ao senhor presidente da Câmara e às senhoras e aos senhores vereadores que, de acordo com a deliberação da reunião de Conferência de Líderes, a 4.ª e última sessão da Assembleia Municipal desta legislatura irá decorrer no dia 10 de setembro, quarta-feira.

De acordo com a informação de que dispomos, o Governo da República publicará em breve o decreto-lei que irá marcar as eleições autárquicas. A partir da data da publicação do referido decreto-lei, há oitenta dias para a indicação do dia das eleições e tudo aponta que será o dia 25 de setembro. Cumprindo as regras e para que não haja uma sessão da

Assembleia Municipal que coincida com períodos de campanhas eleitorais, deliberámos em Conferência de Líderes que a 4.ª sessão da Assembleia Municipal irá realizar-se no dia 10 de setembro.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações, que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Boa tarde a todos, boas Sanjoaninas e até ao dia 10 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h42min do dia 13 de junho de 2025, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha